

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO TEÓRICA RELACIONADA À MIGRAÇÃO INTERNA

Winder Rodrigues Pires¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar, por meio de revisão bibliográfica, a construção teórica relacionada à temática da migração interna. Os primeiros estudos com o intuito de estruturar uma teoria geral sobre as migrações datam do final do século XIX e tinham como base os fundamentos das teorias econômicas neoclássicas. Em contraposição a esses, durante a segunda metade do século XX foram sendo formuladas teorias tendo fundamentadas no pensamento histórico-estruturalista, no qual buscavam compreender a migração dentro da estrutura social a qual está inserida. As teorias mais recentes abrangem o papel das redes sociais dos migrantes como um elemento essencial dentro da formação das correntes migratórias para um determinado território.

Palavras-chave: Migração; Migração interna; Teoria.

1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, o ser humano, individualmente ou em grupo, se deslocou para localidades diferentes da qual estava adaptado com o intuito de fugir de adversidades ou visando melhores condições de vida. Tal fenômeno é usualmente denominado de migração. Ao longo da história, os movimentos migratórios têm moldado a construção da vida social, econômica, demográfica e ambiental, desde a micro até a macro escala espacial (MARTINE, 2014).

A dimensão social que o fenômeno migratório abrange fez com que vários campos científicos buscassem compreendê-lo a partir dos seus respectivos enfoques teóricos-metodológicos, como a geografia, sociologia, economia, antropologia, ciências políticas, entre outras. De acordo com Peixoto (2004), tal abordagem multidisciplinar traz consigo a vantagem de se obter diferentes perspectivas sobre essa temática. No entanto, resulta também, como consequência, em barreiras para a consolidação de um campo teórico mais conciso. Sendo assim, a construção teórica relacionada à migração está intrinsicamente ligada tanto à perspectiva científica (e por consequência, metodológica) utilizada, quanto à conjuntura histórica e socioespacial na qual foi formulada.

¹ Doutorado em Geografia e Técnico de laboratório da Estação Meteorológica da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

Nesse sentido, Nogueira (1991) pontua que é necessário que as pesquisas que buscam estudar esse fenômeno cientificamente tenham, imprescindivelmente, um marco teórico como referência. Porém, as dificuldades da formulação desse marco vêm, em parte, das dimensões e variabilidade com que as motivações e efeitos relacionados às migrações podem ser interpretadas, podendo ir desde os aspectos subjetivos dos sujeitos até as repercussões econômicas e demográficas dentro dos territórios envolvidos. Como resultado, surgiram diversos vieses teóricos que priorizam ora os seus aspectos mais descritivos e estatísticos, sem uma vinculação à estrutura social que as abrangem; ora superestimam essas estruturas sociais em detrimento das análises empíricas e microssociais.

O presente artigo tem o intuito de analisar a construção teórica sobre migrações internas com o intuito de verificar quais são as limitações e as potencialidades das correntes de pensamento que buscam compreender esse fenômeno como um todo. Visto que os movimentos migratórios se inserem em um quadro social amplo, refletindo e sendo reflexo das suas sucessivas transformações, as teorias que buscam entender esse fenômeno também devem estar em constante adequação com a realidade que se apresenta.

2. MIGRAÇÃO INTERNA: UMA TEORIA EM CONSTRUÇÃO

Em contraponto ao pressuposto de que a migração é um fenômeno que ocorre de forma aleatória, ou seja, sem uma ordem definida, o geógrafo e cartógrafo inglês Ernest George Ravenstein (1834-1913) é considerado um dos pioneiros na busca de uma estruturação teórica relacionada aos movimentos migratórios humanos. Por meio de uma análise detalhada sobre os fluxos populacionais do Reino Unido durante a década de 1870 e, posteriormente, para o restante da Europa e América do Norte, Ravenstein (1885) expôs um conjunto de princípios, denominados por ele como leis da migração, que, mesmo embasado em um empirismo restrito inicialmente à sua nação, serviu, posteriormente, para fundamentar várias outras teorias que buscavam elucidar os fenômenos migratórios como um todo (Castro, 2012).

Ravenstein (1885) partiu de uma minuciosa análise dos dados dos Censos demográficos de 1871 e 1881 das cidades, condados e reinos que compõem o Reino

Unido para a construção de suas formulações. Comparando a população entre os reinos, por exemplo, ele verificou que os que apresentaram um aumento populacional durante a década, como a Inglaterra, Gales e Escócia, cujas populações aumentaram mais 10% durante o período, eram também os com um menor percentual de população natural, ou seja, que haviam nascido naqueles reinos. Em contraposição, o reino da Irlanda, em que houve um decréscimo de aproximadamente 5% da população, foi o que apresentava um maior percentual de habitantes naturais (97,85%). Observações como essas demonstravam a importância dos movimentos de migração interna na composição da população de uma determinada divisão geográfica frente a análises populacionais que consideravam apenas o crescimento vegetativo (diferença entre o número de pessoas que nascem e morrem em uma determinada localidade entre um período delimitado).

As constatações empíricas levaram Ravenstein (1885) a induzir um conjunto de formulações que viriam a formar o corpo teórico sobre as migrações internas até então. Sob influência das teorias econômicas neoclássicas, para ele o principal agente impulsor da migração parte de uma análise racional dos indivíduos quanto às possibilidades de conseguir melhores condições econômicas, como obter trabalho com melhores remunerações, em outros lugares quando comparado ao que está situado. Apesar de partir dos indivíduos a decisão quanto ao ato de migrar ou não, as diferenças geográficas entre os lugares tornam-se um elemento ativo, uma vez que são essas diferenças que serão levadas em consideração no processo decisório quanto a permanecer ou migrar².

Tendo como referência a caracterização do setor produtivo da Inglaterra no final do século XIX, Ravenstein (1885) montou um sistema de classificação dual dos lugares em função da intensidade e direção em que ocorriam fluxos migratórios. As áreas de absorção seriam aquelas cuja população total apresenta-se superior à população natural (que nasceu nessa determinada área), composta, geralmente, por centros comerciais e industriais. Já as áreas de dispersão seriam aquelas cuja população total é inferior a natural, composta, em sua maioria, por centros agrícolas. Neste que ficou

² Peixoto (2004) pontua que, apesar de considerar que a dos lugares em sua teoria, a visão de Ravenstein volta-se mais para o viés da economia neoclássica e não estrutural, uma vez que tais diferenciações atuam somente como fatores a serem considerados pelos agentes racionais e não como resultado de uma estrutura econômica e social.

conhecido como modelo de atração-repulsão (ou *push-pull*), cabe ao migrante pesar as vantagens e desvantagens em relação aos diferentes lugares. Observa-se, também, que tanto os condados de absorção como os de dispersão geram fluxos inicialmente para as regiões fronteiriças e depois para as localidades mais distantes do país.

Outro sistema de classificação proposto por Ravenstein (1885) leva em consideração a distância percorrida pelo indivíduo no ato da migração. O migrante é categorizado como: local, de curta distância, migração por etapas ou migrantes temporários, a partir do(s) movimento(s) por ele realizado(s). Tais sistemas de classificação exerceram (e ainda exercem) influência nas análises dos movimentos migratórios atuais, principalmente em relação às diferentes repercussões que os movimentos migratórios intra/intermunicipais, estaduais e regionais exercem no processo de organização do espaço. No Brasil, há vários exemplos históricos de políticas públicas com a finalidade exclusiva de tornar localidades mais atraentes para fluxos migratórios de populações específicas de outras regiões geográficas.

É importante observar, também, que as análises de Ravenstein levavam em consideração as diferenças de migrações entre gêneros, inclusive tendo como uma das suas “leis” que as mulheres migram mais que os homens a curtas distâncias³. Embora o próprio autor reconheça as imperfeições do seu trabalho, as maiores críticas estão justamente na simplicidade linear na qual Ravenstein estabeleceu suas leis e pressupostos. Todavia, Castro (2012) menciona que muitas dessas análises desconsideram a base metodológica e a corrente filosófica positivista na qual seu trabalho foi construído.

Outro marco para os estudos teóricos relacionados à migração foi o trabalho do demógrafo americano Everett S. Lee, intitulado *A Theory on Migration* em 1966. Nele, Lee reconhece a importância do trabalho de Ravenstein (1885) na estruturação de uma teoria da migração no campo da demografia, uma vez que, segundo ele, até aquele período “a despeito da existência de, literalmente, milhares de estudos sobre a migração, poucas generalizações adicionais têm sido propostas” (Lee, 1966, p.98). No entanto, o

³ Ele propôs como explicação para esse fenômeno a procura das mulheres por empregos domésticos, mas também a possibilidade de encontrarem empregos em lojas ou fábricas. As exceções eram os condados que exerciam uma forte atratividade da população masculina devido a oferta de empregos em atividades do setor da mineração e siderúrgicas.

autor acrescenta outros fatores que influenciam diretamente no desenvolvimento do processo migratório.

Assim como Ravenstein (1885), Lee (1966) também avalia o ato migratório como resultado de uma análise individual quanto aos fatores associados ao local de origem e destino⁴. Apesar disso, sua análise passa a ser mais relativizada, pois também leva em consideração as características sociais e individuais dos migrantes (reais ou potenciais) ao invés somente da motivação pela busca por melhores condições materiais. Uma estrutura de saúde em determinado lugar, por exemplo, pode ter um peso maior na análise de uma família com idosos e ser indiferente na de um operário solteiro. Sendo assim, os fatores pessoais e familiares também passam a ser levados em consideração no processo migratório, embora as análises empíricas só permitam verificar os fatores que influenciam um número considerável de pessoas.

Os fatores individuais, como a etapa em que o indivíduo se encontra em seu ciclo vital, também influenciam na forma como ocorre o processo de percepção e consideração dos fatores positivos e negativos de um lugar. Para Lee (1966), a falta de conhecimento da área de destino faz com que, na maioria das vezes, a percepção dos fatores positivos prevaleçam sobre a realidade. Dessa forma, a decisão do ato de migrar não é inteiramente racional por parte dos indivíduos, mesmo que muitas vezes o irracional prevaleça sobre o racional.

Por isto, deve-se esperar encontrar muitas singularidades em nossas generalizações, porquanto as emoções passageiras, as enfermidades mentais e os acontecimentos acidentais explicam proporção considerável das migrações totais. (Lee, 1966, p. 103).

Outro elemento que também passa a ser considerado por Lee (1966) no ato migratório são os obstáculos intervenientes à trajetória. Entre o local de origem e de destino há sempre um trajeto que apresenta obstáculos. Estes, por sua vez, poderão se manifestar sob diversas formas, como barreiras físicas (muros e cercas), leis de migração, custos ou distância, e ganharão um peso, de leve a irremovíveis, de acordo com as características socioeconômicas dos migrantes.

⁴ Porém, ele considera que esse não seja um cálculo simples e que o saldo positivo deve ser suficiente para romper uma inércia natural em permanecer no lugar de origem.

Partindo dessas constatações, Lee (1966) formulou uma série de hipóteses sobre o volume, o estabelecimento das correntes e contracorrentes e as características dos migrantes. Em relação ao volume das migrações, este varia em função do dinamismo econômico, da diversificação de povos, das características dos obstáculos intervenientes, das flutuações dos ciclos comerciais, desenvolvimento tecnológico e das diferenças entre desenvolvimento econômico dentro de um território. Em suma, quanto maiores as diferenças de desenvolvimento econômico entre as regiões que compõem um território, maior será o volume das correntes migratórias. Dessa forma, apesar de considerar os fatores individuais que envolvem a tomada de decisão quanto ao ato da migração, Lee (1966) estabelece que o volume dessas migrações ocorre a partir de uma série de fatores estruturais.

Quanto ao fluxo das correntes migratórias, Lee (1966) afirma que a própria migração tende, com o tempo, aumentar o volume de migrações para um mesmo lugar. Isto porque os migrantes pioneiros, uma vez que já tenham vencido as dificuldades inerentes ao trajeto e adaptação, tornam mais “seguro” esse processo para os outros que venham a querer migrar para aquele mesmo destino. Outro ponto que o autor estabelece é que, para cada corrente migratória importante, desenvolve-se uma contracorrente: aqui é considerada também a migração de retorno (oportunidades presenciadas no local de destino em relação ao local de origem). No entanto, a eficiência dessas correntes varia em função das características positivas e negativas entre os lugares.

Por fim, sob influência do pensamento neoclássico, Lee (1966) apresenta uma classificação segundo os fatores que sobressaem à seleção e à formação dos fluxos migratórios. Formam-se classes positivas, aquelas nas quais os indivíduos migram respondendo principalmente aos fatores positivos do local de destino, inclusive denominado por ele de “migrantes de alta qualidade” (Lee, 1966, p. 111). Já os que migram a fim de fugir dos fatores negativos do local de origem são os que formam uma seleção negativa, a qual ele considera como sendo principalmente compostas por “pessoas que, de alguma forma, fracassaram econômica e socialmente” (Lee, 1966, p.112). Lee (1966) também determina que quanto maiores os obstáculos do trajeto, como a distância, mais reforçada era a seleção positiva.

Percebe-se, assim, que a composição das suas hipóteses em relação às características dos migrantes traz subentendido um sistema discriminatório das correntes migratórias; logo, Lee (1966) qualifica como positivas ou negativas as repercussões dos migrantes nas áreas de destino segundo suas características socioeconômicas. Infelizmente, esse sistema foi e ainda é utilizado em políticas migratórias de muitos países como parâmetro para barrar a entrada de determinadas etnias ou populações de classes sociais economicamente menos favorecidas⁵.

No entanto, a teoria de Lee (1966) sobre as migrações internas avança no sentido de incluir tanto os fatores individuais quanto alguns fatores estruturais e conjunturais (ciclos econômicos e diferenças regionais, por exemplo) como elementos que se entrelaçam no processo migratório. Algumas de suas considerações já antecipavam propostas que serão consideradas posteriormente como elementos centrais de análises no campo da migração, como a importância dos laços sociais entre os migrantes na formação e intensificação dos fluxos migratórios proposta pelas teorias das redes sociais, bem como a importância das etapas do ciclo vital dos indivíduos (especialmente os ritos de passagem, como casamento ou inclusão no mercado de trabalho), como a teoria do capital humano.

Não obstante, antes do trabalho de Lee (1966), o economista norte-americano Larry Sjaastad (1962), para além de tentar estabelecer quais seriam os agentes motivadores da migração, analisou também quais seriam os custos e retornos da migração. A partir de análises de dados censitários dos Estados Unidos de 1950 (particularmente do estado do Mississippi), verificou-se que o saldo migratório líquido (diferença entre o número de migrantes que chegam e o de que saem em uma determinada localidade) não é capaz de se tornar um indicativo de diminuição das diferenças espaciais de renda. Para Sjaastad (1962), era necessário primeiro desagregar a população migrante a partir de parâmetros como idade e ocupação, uma vez que os retornos econômicos para um território advêm, mais do que o volume total, do número

⁵ Como exemplo, em janeiro de 2018, o presidente norte americano Donald Trump, em uma reunião com os representantes do Congresso sobre a reforma migratória do país, expôs suas ideias quanto à limitação de vistos de pessoas oriundas de países da América Central, como Haiti e El Salvador, e países africanos através da pergunta: 'Por que pessoas de países de merda vêm para cá?' Sugerindo ainda que os Estados Unidos deveriam atrair eram imigrantes de países escandinavos, como a Noruega (Carazzai, 2018).

de indivíduos com características específicas: “uma migração constituída por 10% de pessoas altamente qualificadas (com poucas crianças) pode contribuir mais para elevar a renda *per capita* do Mississippi do que um fluxo migratório mais intenso, porém menos seletivo” (Sjaastad, 1962, p. 123).

Sjaastad (1962) divide os custos privados da migração em custos monetários (com o deslocamento) e não-monetários (psicológicos). Ele considera que os custos não-monetários podem ser até mais significativos que os monetários. Nesses custos estão incluídos o tempo necessário para que o migrante se arrume ou treine para um novo ofício; o abandono de um ambiente familiar, no qual encontram-se amigos e familiares. Já os retornos privados da migração (positivos ou negativos) podem ser monetários, a partir do incremento de renda obtido a partir da migração⁶; e não-monetário, como o sentimento de morar em um lugar que mais se adeque às suas escolhas pessoais.

Ainda de acordo com Sjaastad (1962), a migração espacial tem como finalidade a migração social. No entanto, esta tende a não ocorrer quando o migrante continua a realizar a mesma atividade que já exercia antes de migrar. Uma das finalidades é conseguir uma ocupação que lhe proporcione melhores remunerações ou uma maior capacitação produtiva. Por isso, Sjaastad (1962) insiste que a migração deve vir acompanhada por investimentos complementares, principalmente com a finalidade de se obter maior instrução. Bringg (1973) considera que, segundo Sjaastad (1962), os retornos obtidos com a migração não devem ser compreendidos de forma isolada, sendo que os investimentos relacionados ao capital humano podem ser tão ou mais relevantes que o ato migratório em si.

Em uma outra perspectiva, Oliveira e Stern (1971) propõem que as migrações internas só ganham significados ao serem inseridas em um processo de transformação socioeconômico mais amplo, como a transformação da estrutura social agrária para uma estrutura urbana. Aqui, os autores distinguem dois vieses de análise: um, mais estudado, relacionado à modernização das sociedades tradicionais e com o foco na velocidade e etapas com que ocorre esse processo; e outro, com enfoque histórico-

⁶ Esse incremento pode ser obtido não só através da diferença de remuneração comparando a área de origem e destino, mas também pela diferença entre os gastos relacionados ao consumo para a manutenção da vida.

estrutural, que procura dar peso às diferenças estruturais nas quais esse processo ocorre dentro do sistema capitalista.

No enfoque da modernização sobre as motivações para se migrar, o processo de migração e da absorção do migrante é analisado a partir de uma perspectiva de fluxo de uma sociedade “tradicional” rumo a uma sociedade “moderna”, dando ênfase à migração rural-urbana. Partindo desse viés, o corpo teórico das migrações internas, até então, era voltado ao entendimento dos fatores que motivavam as migrações; as repercussões geradas tanto para os agentes como para os locais envolvidos; o que formava e mantinha as correntes migratórias; entre outras análises, não integrava o fenômeno migratório a fatores que estruturavam a sociedade e o modelo econômico como um todo⁷. Entretanto, Oliveira e Stern (1971, p.260) estabelecem que o “nível psicossocial não tem sido utilizado para uma melhor explicação do fenômeno a nível global, o que sem dúvida, reduz seu alcance explicativo no caso de o interesse residir na análise do processo migratório em sua totalidade”.

Na tentativa de superar essa limitação (especialmente relacionada à realidade dos países latino-americanos), o enfoque histórico-estrutural procurou primeiro situar o processo migratório dentro das especificidades da formação histórica e da maneira na qual o território se insere dentro da estrutura capitalista global tendo como base a teoria marxista. Partindo daí, as indagações que surgem passam a tentar entender como o processo migratório se relaciona a outros processos sociais e globais, como a urbanização, estrutura de classes, constituição da estrutura agrária, divisão espacial do trabalho, desenvolvimento econômico, entre outros. Para além das características dos locais de origem e destino, devem ser observados também o contexto regional, bem como estrutura as classes sociais (e a desigualdade entre elas), no qual ocorrem os fluxos migratórios.

Um dos grandes teóricos da perspectiva histórico-estruturalista no campo das migrações internas no Brasil é o economista Paul Singer. De acordo com esse autor, o primeiro passo para análise dos movimentos migratórios internos é a caracterização da configuração histórica na qual estes movimentos estão inseridos. Sendo assim,

7 Segundo Oliveira e Stern (1971), neste viés os fatores estruturais também estão presentes, mas o peso decisivo quanto à tomada de decisão quanto ao ato de migrar parte, consciente ou não, de uma análise psicossocial do indivíduo.

mudanças estruturais, como a forma com que o processo industrial se estabeleceu em uma sociedade, podem ocasionar movimentos migratórios com características que se mostram regulares mesmo se ocorridas em períodos ou lugares distintos. Singer (1976) observou que, à medida em que o processo de industrialização foi se modificando, ocorreram também mudanças na forma com que os fluxos migratórios ocorriam. Em suma, o contexto histórico determina a forma com a qual se dará o processo de industrialização, que, por sua vez, condiciona os diferentes tipos de movimentos migratórios modernos devido às especificidades com que tal processo promove a reestruturação da divisão social (e espacial) do trabalho.

Segundo Singer (1976), a industrialização resultou no aumento da urbanização, inclusive substituindo serviços que antes eram providos pelas comunidades agrárias. Esse processo resultou em uma concentração de atividades produtivas em algumas localidades, que se tornavam áreas atrativas de mão-de obra. Dessa maneira, as migrações internas seriam uma forma de se redistribuir espacialmente a população de acordo com o rearranjo econômico surgido a partir da industrialização. No entanto, tal rearranjo só é possível a partir de um conjunto de políticas e subsídios (diretos ou indiretos) por parte do Estado, que permitiriam uma elevada e rápida acumulação de capital para algumas empresas ao mesmo tempo em que debilitariam outras que não foram beneficiadas. Da mesma forma, a concentração espacial das atividades industriais também favorece a concentração de capital na medida em que leva grande parte do ônus exigido para a criação e manutenção de toda uma rede complexa de infraestrutura para o conjunto da sociedade.

Esse processo resulta em áreas de esvaziamento econômico, com parcelas da população com baixa ou nenhuma oportunidade de emprego, o que levou Singer (1976) a pontuar dois fatores que dão origem aos movimentos migratórios campo-cidade, uma vez que tornam inviável a reprodução da vida nos locais que atingem, o que pode ser denominado como fatores de expulsão. São eles os fatores de mudança, que surgem a partir da introdução de novas relações produtivas capitalistas, e os fatores de estagnação, que se formam da pressão populacional sobre uma determinada área. De outro modo, os fatores de atração são aqueles que ditam a direção para as áreas em que se destinará os fluxos migratórios. Singer considera como um dos principais fatores de atração a demanda por força de trabalho, resultante da ampliação da dinâmica

econômica, visto que pode ser percebida pelo migrante como uma oportunidade de obter melhores condições de renda do que as que ele pode obter no lugar em que se encontra.

No entanto, Singer (1976) considera que há uma relação entre o tipo de fator que gerou os movimentos de expulsão e as condições econômicas, que podem resultar em uma maior inserção do migrante ao mercado de trabalho ou uma maior marginalização dele. Áreas nas quais os fluxos migratórios foram gerados a partir de fatores de mudança, como é o caso do centro-sul brasileiro por exemplo, terão maiores possibilidades de integrar a população migrante ao mercado de trabalho, reduzindo o índice da marginalização quando comparadas às áreas que atraíram um maior fluxo de população a partir de fatores de estagnação.

Percebe-se aqui que o viés teórico histórico-estruturalista procura compreender primeiro como se deu a formação socioespacial das áreas de origem e destino dos migrantes, porquanto essa formação influenciará diretamente na motivação com que ocorrerão os movimentos migratórios. Aqui é possível fazer um paralelo com a classificação dos lugares realizada por Ravenstein (1885) (absorção e dispersão): enquanto para este o foco parte do volume e intensidade numérica com que os indivíduos deixam ou adentram determinada localidade, para Singer (1976) a ênfase está na estrutura social vigente nessas localidades, o que, no que lhe diz respeito, leva determinadas classes sociais a migrarem.

Em um nível macro, Singer (1976) considera como sendo o principal impulsor das migrações internas modernas as desigualdades regionais, as quais são agravadas à medida em que os critérios de localização das atividades industriais são decididos apenas pelos agentes privados. Em contrapartida, o Estado tenta agir para a diminuição dos contrastes econômicos regionais utilizando-se de políticas de “desenvolvimento regional”, que têm como intuito fazer com que áreas antes negligenciadas tornem-se atrativas para novos investimentos.

Ainda assim, tais políticas podem ocasionar novas áreas de concentração e estagnação econômica, dado que também privilegiam apenas algumas áreas urbanas, criando pólos de desenvolvimento. Essas áreas acabam se tornando atrativas para fluxos migratórios que antes tinham como destino os grandes centros econômicos já consolidados. Outro ponto a se destacar é que os incentivos para a inserção de relações

e técnicas capitalistas no campo por parte das políticas estatais gerou um rápido e elevado êxodo rural a partir dos fatores de mudança, elevando os fluxos migratórios para as áreas de concentração econômica mais próximas. Ou seja:

Cada novo “polo de desenvolvimento” assim criado encurta a distância percorrida pelos migrantes, que, em outras condições, acorreriam aos centros nacionais, mas, ao mesmo tempo, contribui para a concentração regional de atividades e, em consequência, para a multiplicação do número de migrantes (Singer, 1976, p. 226).

Destarte, Singer (1976) assevera a necessidade de considerar as migrações internas como um processo social, posto que os estudos que se concentram apenas na investigação das causas individuais do fenômeno migratório podem mascarar os reais condicionantes estruturais que levam determinados grupos sociais a migrar. Contudo, as motivações subjetivas somam-se a estes condicionantes, visto que não são todos os membros de um grupo que migram a partir de uma pressão dos agentes de expulsão (ou, pelo menos, não migram ao mesmo tempo). Ou seja, deve-se distinguir quais são os motivos que levam os indivíduos a migrar das causas, que são estruturais, do fluxo migratório. “O que importa é não esquecer que a primeira determinação de quem vai e de quem fica é social ou, se quiser, de classe. Dadas determinadas circunstâncias, uma classe social é posta em movimento” (Singer, 1976, p. 237).

Outro ponto a se considerar nos estudos relacionados ao entendimento das migrações internas a partir das suas causas histórico-estruturais é a consideração de que os diferentes grupos sociais podem ter em uma mesma localidade propensões diversas que resultam em uma diversificação de fluxos migratórios. Por isso, Singer (1976) elucida que não faz sentido classificar uma área como de origem ou destino dos fluxos migratórios, tendo como base apenas o saldo demográfico de entrada e saída da população, sem estabelecer antes quais grupos compõem esses fluxos. Uma cidade pequena, por exemplo, pode ser o destino de grupos de trabalhadores rurais expulsos por fatores de mudança e ao mesmo tempo ser uma área de dispersão migratória de jovens que buscam em cidades maiores oportunidades mais amplas de educação superior ou diversificação do mercado de trabalho.

Considerar as migrações internas a partir de grupos sociais leva também a ponderar a importância que esses grupos exercem no processo de adaptação do migrante recém-chegado e no estabelecimento de sua posição na estrutura social na

área de destino. Dessa forma, é importante analisar se há uma alteração da estrutura de classe de um grupo gerado a partir do fluxo migratório. Em cada lugar, a mobilidade social ocasionada a partir da migração pode ocorrer de forma diferente para cada grupo social, ou seja, não se pode homogeneizar esse processo tendo como referência apenas um grupo determinado.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS VERTENTES TEÓRICAS NO CAMPO DAS MIGRAÇÕES ATÉ A DÉCADA DE 1980

Pode-se notar que os estudos relacionados às migrações internas até a década de 1980 se formaram tendo como base as duas linhas teóricas apresentadas. Uma primeira vê nas migrações um mecanismo de transferência de mão-de-obra entre áreas com níveis distintos de desenvolvimento, e que ocorre a partir de uma análise racional (ou até mesmo emocional) dos indivíduos quanto aos custos e benefícios que podem ser obtidos com a migração no intuito de se obterem melhores condições materiais e/ou de qualidade de vida (presente ou futura). Já a outra linha concebe que as migrações devem ser analisadas como um fenômeno social integrado ao processo histórico e estrutural de desenvolvimento dos sistemas produtivos em um território frente sua inserção no sistema capitalista global.

Embora Salim (1992) pontue que as controvérsias entre os estudiosos impedem de se montar um sistema de classificação das correntes que seja universalmente aceito (o que resultou em um conjunto de propostas, com variações segundo os pesquisadores que as compõem⁸), essas duas perspectivas teóricas sempre estão em evidência nos estudos relacionados às migrações internas, sendo usualmente denominadas de modelo neoclássico ou de racionalismo econômico e modelo histórico-estrutural⁹.

⁸ Inclusive Salim (1992) propõem um sistema de classificação das correntes teóricas das migrações em três categorias: modelos neoclássicos contemporâneos; perspectiva histórico-estrutural, e mobilidade da força de trabalho.

⁹ Porém, é muito frequente também estudos que relacionam essas correntes às ciências específicas em que são estudadas. A corrente neoclássica é associada a perspectiva econômica das migrações internas e a corrente histórico-estrutural é associada a perspectiva sociológica (Nogueira, 1991). No entanto, essa acaba sendo uma forma simplória e “engessada” de abordar a temática das migrações, uma vez que, como evidenciado por Massey (1993), a busca por tentar entender toda a complexidade dos fenômenos migratórios a partir da perspectiva de um só campo de estudo auxiliou para que a construção teórica desse campo se formasse a partir de abordagem fragmentadas e que, muitas vezes, não se interagem entre si.

Cada uma dessas correntes apresenta contribuições importantes para a formação do campo teórico das migrações internas, porém expõe, também, entraves que precisam ser superados. Isso porque, ao mesmo tempo em que elas inviabilizam a postulação de uma teoria geral das migrações (Nogueira, 1991), não são capazes de abranger várias mudanças ocorridas nos movimentos espaciais a partir das últimas décadas do século XX.

Para Salim (1992), a centralização da análise individual como motivador das migrações, supondo que esta repercutirá em uma mobilidade social da mão-de-obra tendo como resultado correções das disparidades econômicas entre regiões, dos modelos neoclássicos, torna-o um instrumento ideológico de manutenção do *status quo*. Além disso, esse modelo não se aprofunda nas causas que levam às desigualdades entre os trabalhadores e, por isso, não capta o nível macro das migrações¹⁰. Sendo assim, as regras estabelecidas, embora aplicáveis a países com um determinado nível de desenvolvimento econômico, não necessariamente se aplicam a países em que ainda prevalecem formas exploratórias e coercitivas de relações de trabalho. Como apresentado anteriormente, a análise neoclássica não chega a ignorar os fatores estruturais, mas os apresenta de forma simplória e focada nos seus efeitos. O sistema de classificação dos migrantes de Lee (1962), por exemplo, aponta alguns dos fatores estruturais relacionados às migrações, mas os relacionando a possíveis características individuais (positivas ou negativas) dos migrantes.

Considerado como uma extensão das teorias neoclássicas por Hass (2008), o modelo denominado de capital humano também pondera a seletividade das migrações a partir do enfoque nos custos e benefícios individuais (presente ou futuro), mas também aborda a influência que a estrutura segmentada e seletiva do mercado de trabalho tem nesse processo. Essa combinação permite explicar, por exemplo, algumas das diferenças de fluxo migratório por idade e por setor produtivo. Entretanto, essa perspectiva também coloca um peso elevado no conjunto de informações, liberdade individual e acesso a bens de consumo ou mesmo serviços públicos que se julga estarem disponíveis a todos que decidem migrar.

¹⁰ As análises neoclássicas são também constantemente relacionadas aos condicionantes microssociais das migrações

Cabe aqui já ressaltar que essas limitações não invalidam totalmente as análises e teorias estabelecidas pelo viés neoclássico. Como reconhecido por Salim (1992), as hipóteses e variáveis propostas a partir dele possibilitam algumas verificações empíricas relacionadas ao peso das variáveis individuais dentro do processo migratório. O reconhecimento das motivações econômicas, da influência dos fatores psicossociais, da etapa do ciclo vital, gênero, bem como das relações entre os grupos de migrantes são exemplos de alguns dos fatores que abrangem toda a complexidade envolvida no fenômeno migratório e que puderam, de forma quantitativa, ser constatadas e analisadas em diferentes localidades a partir da perspectiva neoclássica.

Já a vertente histórico-estrutural, mesmo em sua tentativa de ser mais abrangente do que a perspectiva neoclássica, também apresenta entraves como teoria que busca compreender a dimensão dos movimentos migratórios em sua totalidade. Para Nogueira (1991), esse modelo auxiliou na compreensão dos grandes fluxos dos movimentos migratórios de sentido rural-urbano na América Latina após meados do século XX. No entanto, outras modalidades dos movimentos migratórios (urbana-urbana, por exemplo) não se adequam tanto aos seus pressupostos (como os dos fatores de mudança e estagnação proposto por Singer).

A ênfase em se trabalhar a partir do nível agregado, como classe social, fez com que muitos trabalhos que seguem esse modelo não apresentassem elementos demográficos ou estatísticos que confirmassem suas conclusões. Salim (1992) observa que, sem essa base empírica, essa teoria torna-se de difícil comprovação ou refutação, o que resulta em frequentes simplificações de argumentos. Assim, correlacionar uma categoria social a uma resposta frente a fatores materiais e sociais que as afligem também é uma forma de simplificar toda a complexidade contida dentro dessa categoria e não auxilia na compreensão dos motivos que levam determinados indivíduos dentro de uma mesma categoria e pressão social a migrarem, enquanto outros continuam a permanecer nos lugares de origem. Sendo assim, muitas das propostas da vertente histórico-estrutural acabavam gerando um tipo de determinismo, no qual somente os fatores históricos e estruturais inerentes ao capitalismo condicionam os movimentos migratórios como uma resposta final.

Como se verifica até aqui, as teorias migratórias trazem consigo reflexos do contexto histórico específico em que foram formuladas, e muitas já se encontram

defasadas da realidade presente frente às profundas transformações sociais e tecnológicas ocorridas desde as últimas décadas do século XX. Em relação aos movimentos internos no Brasil, Brito (2009) aponta que, de meados do século XX até a década de 1980, o rápido processo de urbanização e metropolização no país permitiu que houvesse uma convergência entre mobilidade espacial e social para uma grande parcela da população. Nesse sentido, a migração para grandes cidades, muitas vezes, era tida como um dos únicos (ou últimos) recursos para se tentar conseguir melhores condições de vida para o indivíduo

No entanto, o padrão migratório após a década de 1980 sofreu drásticas transformações, sendo umas das mais notórias a redução dos fluxos migratórios para as áreas metropolitanas e uma maior tendência desses fluxos em direção às cidades médias.

Não há dúvida que a redução excepcional da capacidade de geração de emprego e de novas oportunidades ocupacionais, objetivamente, descolou a mobilidade espacial da mobilidade social, inaugurando um novo padrão migratório e superando as antigas teorias e o paradigma que servia de referência para elas (Brito, 2009, p. 16).

Já para Oliveira (2008), parte da problemática relacionada à produção teórica atual em torno dos movimentos migratórios vem da utilização de referenciais e metodologias construídos ou aplicáveis ao modelo produtivo fordista, não abrangendo, assim, as novas nuances que o modelo flexível incorporou a esses movimentos em escala global. Nesse sentido, os movimentos populacionais durante a prevalência do modelo de produção fordista (até a década de 1970) estavam relacionados às características intrínsecas desse regime, visto que a produção e o consumo em massa, juntamente com a rotatividade da força de trabalho, resultavam em movimentos migratórios a partir da mobilização de um exército de mão-de-obra industrial de reserva. As crises desse sistema fizeram surgir formas de produção e controle do trabalho que possibilitaram um fluxo mais dinâmico ao capital.

A fim de superar a rigidez operacional do sistema fordista, o modelo de produção de acumulação flexível reestruturou o mercado de trabalho, tornando-o mais volátil através da flexibilização e da precarização das garantias trabalhistas. Essas estratégias também trouxeram reflexos nos fluxos migratórios, os quais passaram a ganhar destaque os movimentos espaciais como os deslocamentos pendulares e temporários.

Menezes (2012) pontua que, nas últimas décadas, há um grande esforço de pesquisadores de diversas áreas no intuito de compreender as novas características dos processos migratórios, bem como suas repercussões, na construção de novas tipologias, categorias e conceitos que abrangem toda a dinâmica desse processo. A autora estabelece as lacunas e insuficiências do corpo teórico relacionado às migrações internas de décadas anteriores na compreensão dos processos migratórios contemporâneos. Dentre as críticas está a necessidade de se questionarem as classificações fixas e rígidas que envolve a tipologia com as quais os movimentos migratórios são considerados, como migração temporária, definitiva ou de retorno, ou espaços de atração e de expulsão, uma vez que elas são cada vez menos capazes de abranger toda a diversidade desse fenômeno.

Nesse sentido, Almeida e Baeninger (2011) também estabelecem que, após a evolução e popularização dos meios de transportes e comunicação a partir da década de 1980, a relação entre migração e local/tempo de residência tornou-se muito mais difusa e, embora ainda sirva para fins censitários, já não expressa totalmente a dimensão dos movimentos espaciais atuais. Assim, uma vez que os espaços são cada vez mais multifuncionais (chegada, trânsito, partida), uma análise binária (origem e destino) já não se torna capaz de abranger a distinção entre movimentos migratórios e movimentos temporários ou pendulares, por exemplo.

Outrossim, Almeida e Baeninger (2011), levando em consideração as diversas concepções teóricas, como as de Lee (1966) e Singer (1976), evidenciam a importância de sintetizar os aspectos macroestruturais, que geram as “causas” para a migração de determinados grupos sociais, com as microestruturais, que explicam os “motivos” juntamente das condições que geram a seletividade das pessoas que migram, na tentativa de uma compreensão mais ampla dos movimentos migratórios atuais. Dessa forma, os fatores de atração e repulsão ganharam uma complexidade maior do que somente a dimensão econômica, priorizada nas análises clássicas, e resultam em diferentes categorias de análises.

4. TEORIA DAS REDES SOCIAIS MIGRATÓRIAS

De acordo com Truzzi, (2008), os primeiros estudos que buscavam compreender a relevância das informações e recursos fornecidos de migrantes instalados em uma determinada localidade para os que permaneciam na localidade de origem destes como agente motivador das correntes migratórias foram realizados na década de 60 e utilizavam o termo migração em cadeia para expressar essas situações. Apesar de alguns pesquisadores considerarem discrepantes as definições dos termos cadeias migratórias e redes migratórias¹¹, em sua essência está a importância das informações e/ou recursos fornecidos por pessoas que migraram previamente para aqueles que vieram a migrar para aquela mesma área de destino devido à existência de algum tipo de relação social ou de identidade entre eles (parentesco, amizade, naturalidade, religião, trabalho).

Nesta perspectiva, a comunicação entre os migrantes e os que permanecem na área de origem torna-se um elemento essencial no processo migratório. Com a evolução e acessibilidade dos meios de comunicação contemporâneos, a intensidade dos vínculos pessoais mantidos por um indivíduo passou a influenciar mais do que uma proximidade geográfica. O contato e manutenção de uma rede social com pessoas que emigraram para um outro continente, por exemplo, pode superar as relações sociais que um indivíduo mantém com pessoas de sua vizinhança.

Quando relacionado ao campo da migração, a relevância desses vínculos sociais pode ser expressa a partir do grau de confiabilidade que o indivíduo atribui às informações obtidas por aqueles que já emigraram (Truzzi, 2008). Ou seja, quanto maior o contato pessoal e a confiança na pessoa que emigrou, maior é a possibilidade de se considerarem como verdadeiro os relatos obtidos sobre aquela localidade quando comparado a fontes de informações obtidas de contatos não próximos¹² e, caso se expresse a intenção de migrar, de tomá-lo ou rejeitá-lo como destino.

¹¹ Para Fazito (2002), o uso do termo redes sociais nos estudos migratórios correspondiam inicialmente mais como uma metáfora do que uma representação da realidade concreta. Sendo assim, não ultrapassavam o campo das suposições e das conjecturas.

¹² No entanto, a intensidade do desejo de migrar pode fazer com que, na falta de contatos pessoais, essa rede se forme a partir de contatos que apresentem alguma característica identitária em comum, como naturalidade ou região de origem.

Segundo Campos (2015)¹³, as vantagens fornecidas pelas redes sociais no campo da migração remetem ao conceito sociológico de capital social, que se refere aos recursos acessíveis aos sujeitos em função das relações duráveis que se mantêm com outros. Ou seja, quanto “maior” e mais intenso o capital social, mais possibilidades estarão disponíveis ao indivíduo que o detém. A intensidade dos laços que formam uma rede social é um elemento preponderante para a manutenção da sua coesão, uma vez que ela lhe garante a solidez e estabilidade. No entanto, as redes são um processo dinâmico, sofrendo constantes transformações em sua estrutura ao longo do tempo, nas quais laços fortes podem se afrouxar, perdendo sua solidez, e vice-versa (Campos, 2015). As fronteiras das redes sociais se encontram no limiar das relações e das ligações identitárias entre seus membros, nas quais ainda ocorre um mínimo de passagem de capital social.

Portanto, destaca-se nas redes migratórias o papel ativo que os emigrados mantêm em sua localidade de origem, tanto para impulsionar como para refrear futuras correntes migratórias. Isso acontece, porque os feitos e informações de quem já emigrou podem diminuir ou aumentar as incertezas quanto à decisão de migrar daqueles que pertencem a sua rede social. Para Brumes (2010), são as redes migratórias que garantem o suporte necessário para manter os fluxos migratórios ativos, uma vez que, além de diminuir os riscos e custos do processo, também fornecem subsídios que facilitam a interação e a adaptação do migrante na localidade de destino.

Nesse sentido, a abordagem das redes sociais no processo migratório é considerada como uma tentativa de superar algumas das limitações tanto das teorias neoclássicas como da histórico-estrutural. Para Truzzi (2008), essa teoria contrapõe-se ao modelo neoclássico quanto ao que consideram como sendo o princípio motivador dos fluxos migratórios. Enquanto, para a teoria neoclássica, o impulso para a ação migratório parte primordialmente de uma análise individual a fim de se obter uma maximização econômica, a teoria das redes sociais compreende que as relações sociais e culturais adquirem pesos tão relevantes quanto a dimensão econômica no que tange

¹³ Como exposto por Campos (2015), as redes sociais, e sua influência nas redes migratórias, torna-se um fenômeno de difícil mensuração, o que resulta em poucos trabalhos que as constatarem empiricamente ou a discutam de maneira aprofundada.

aos processos migratórios. As redes sociais podem retroalimentar os fluxos migratórios de tal forma que estes podem continuar ocorrendo, mesmo quando a conjuntura econômica ou política se encontra desfavorável para isso. O apoio e auxílio daqueles que já migraram pode proporcionar um fator crucial quanto à decisão de permanecer ou migrar de uma determinada localidade.

No entanto, algumas teorias com bases no pensamento neoclássico já faziam considerações sobre a importância dos emigrados na orientação do fluxo das correntes migratórias, como pode-se observar no trabalho de Lee (1966, p. 103):

A sensibilidade pessoal, a inteligência e o conhecimento das condições que imperam em outros lugares entram na avaliação da situação no local de origem; o conhecimento da situação no local de destino depende dos contatos pessoais ou das fontes de informação, ao que nem todos têm acesso.

Ainda de acordo com Lee (1966, p. 108),

O fato de os primeiros migrantes terem superado uma série de obstáculos diminui a dificuldade do deslocamento para os migrantes que se lhes seguem, criando-se, na realidade, sendas que passam sobre as oportunidades intervenientes, da mesma forma como as autoestradas suspensas correm sobre o campo.

Todavia cabe ressaltar que, diferente das teorias neoclássicas, para as teorias das redes migratórias, os vínculos pessoais estão no cerne da formação e manutenção dos fluxos migratórios. O fato de haver um elevado quantitativo de migrantes de uma mesma origem em uma determinada área não garante necessariamente que aqueles que vierem a migrar para lá conseguirão algum tipo de suporte, caso não tiverem estabelecido previamente algum tipo de conexão social entre alguém já estabelecido. Para além das considerações individuais isoladas, são as relações pessoais mantidas com pessoas já instaladas no local de destino que garantem uma base de sustentação dos objetivos que se pretendem obter com a migração (Oliveira, 2008).

Já em relação à teoria histórico-estrutural, Fazito (2002) considera que o sociólogo Charles Tilly (1990) foi um dos primeiros a integrar o conceito de rede social e o processo migratório sob uma perspectiva que levava em consideração a estrutura social. Ao considerar que as migrações não se concretizam a partir de decisões isoladas, mas sim a partir de um processo coletivo, Tilly (1990) pontua que as redes podem exercer um poder coercitivo sobre um indivíduo, ao focalizar sua análise sobre a decisão de migrar nos locais com os quais mantêm vínculos e desconsiderar outros possíveis

destinos acessíveis a ele¹⁴. Para esse autor, as migrações devem ser compreendidas a partir de estruturas sociais comunitárias, juntamente com seus processos organizacionais locais, os quais lhe dão identidades e particularidades

O ambiente social pode ser pensado como o conjunto de redes de interações no qual nada se manifesta de maneira independente, e por esse motivo não se pode pensar em redes sociais que determinem a migração, mas sim em redes que as articulam e que se organizam de acordo com o desejo compartilhado por sujeitos de migrar, associado, sim, a fatores de ordens social, econômica, política, simbólica, afetiva etc (Brumes, 2013, p. 238-29)

Conforme Peixoto (2004), a teoria das redes migratórias adentra as teorias ligadas à perspectiva macrossocial, as quais consideram as migrações como resultante de forças estruturais que atuam sobre os diferentes grupos sociais. No entanto, diferente da teoria histórico-estrutural, que compreende as macroestruturas do sistema de produção capitalista como fator coercitivo preponderante das migrações, a influência das redes migratórias apresenta-se mais a partir de seu ordenamento como microestrutura e das suas dinâmicas e ordenamentos internos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retrospecto da construção teórica em torno da temática migração realizado no presente artigo nos auxiliou na compreensão de como as causas gerais desse fenômeno foram abordadas por correntes de pensamento distintas. Em síntese, das duas grandes linhas teóricas presentes até a década de 1980, uma tinha como base o economicismo, a qual justificava os movimentos migratórios pela análise racional e individual entre os custos e benefícios ligados ao mercado de trabalho presente nos diferentes territórios; e uma mais voltada à compreensão das bases estruturais que levam determinadas classes sociais a migrarem. Frente às transformações sociais e tecnológicas que foram surgindo a partir de meados do século XX, sobretudo durante as suas duas últimas décadas, novos elementos foram sendo levados em consideração dentro do campo das pesquisas sobre migração, a qual ganhou destaque o papel das redes sociais de apoio dentro desse processo.

¹⁴ Porém, Fazito (2002) afirma que essa coerção (ou constrangimento) não sobressai sobre as escolhas individuais, uma vez que, embora seja real, não é absoluta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. M. R.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: XXVIII Congresso Internacional Da Alas, 6 a 11 de setembro de 2011. **Anais...** Recife-PE: UFPE, 2011.

BRIGG, P. H. (1973). Migração para as áreas urbanas. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 611-692.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes **Texto para discussão**, n. 366. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. 20p. Disponível em: < <https://www.cedeplar.ufmg.br/publicacoes/textos-para-discussao/textos/2009/629-366-as-migracoes-internas-no-brasil-um-ensaio-sobre-os-desafios-teoricos-recentes>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

BRUMES, K. R. **Redes em espaços migratórios: Uberlândia-MG**. 2010. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2010.

BRUMES, K. R. Estudos sobre migrações: desafios, diversidades e evoluções. **Leopoldianum**, Santo – SP: UCS, v. 39, n. 107/108/109, p. 13 – 30, 2013. Disponível em:< <http://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/470>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CAMPOS, M. As redes migratórias e sua dimensão espacial. In: Encontro Nacional Espaço, Planejamento e Insurgências, 16., 2015, Belo Horizonte, MG. **Anais..** Disponível em: <http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=181>. Acesso em: 13 mar. 2020.

CARAZZAI, E. H. Trump critica imigrantes que vêm de 'países de merda', diz imprensa. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 12 jan. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/01/1949811-trump-critica-imigrantes-que-vem-de-paises-de-merda-diz-imprensa.shtml>. Acesso em: 20 mai. 2019.

CASTRO, F. V. de. Imigração e territórios em mudança. Teoria e prática(s) do modelo de atração-repulsão numa região de baixas densidades. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, FLUC, n. 30-31, p. 203-213, 2012.

FAZITO, D. A Análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Ouro Preto: ABEP, 2002.

HASS, H. de. Migration and development - A theoretical perspective. **Working papers**-year 2008, paper 9. University of Oxford: International Migration Institute, 2008. Disponível em: < <https://www.migrationinstitute.org/publications/wp-09-08/@@download/file>>. Acesso em: 26 fev. 2020

LEE, E. S. (1966). Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 89-114.

MARTINE, George. **Prefácio**. In: OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. Migrações Nordestinas no Século um Panorama Recente. 2014. Ed. Edgard Blücher. Disponível em: <

<https://www.blucher.com.br/livro/detalhes/migracoes-nordestinas-no-seculo-21-734>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

MASSEY, D.S. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, New York, v. 19, n. 3, p. 431-466, Sep. 1993. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/2938462>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

MENEZES, M. A. Migrações e Mobilidade: repensando teorias, tipologias e conceitos: In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M.; BAENINGER, R. **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2012. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/migracoes2_ebook.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

NOGUEIRA, O. J. O. **Migrações internas: tentativas de se buscar uma teoria**. Anais. Conj. Belo Horizonte, v. 6, n. 1, jan./abr. 1991. Disponível em: <<http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/75/1/Migra%C3%A7%C3%B5es%20Internas%20tentativas%20de%20se%20buscar%20uma%20teoria.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

OLIVEIRA, O. de, STERN, C. (1971) Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 245-266.

OLIVEIRA, A. T. R. de. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: OLIVEIRA, L. A. P. de; _____. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estudos e Análises – Informações demográficas e socioeconômicas, n. 1. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249781> >. Acesso em: 01 set. 2018.

PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. **Socius Working Papers**, texto n. 11/2004, Lisboa, 2004. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf> Acesso em setembro de 2007.

RAVENSTEIN, E. G. (1885) As leis das migrações. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 25-88.

SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 8, 1992, São Paulo. **Anais...** Campinas: ABEP, 1992. Disponível em: < <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/609>>. Acesso em: 13 maio 2019.

SJAASTAD, L. A. (1962) Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 115-144.

SINGER, P. I (1976). Migrações internas: considerações sobre o seu estudo. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 211-244.

TILLY, C. (1990). Transplanted Networks. In: MCLAUGHLIN, V. (ed.) **Immigration Reconsidered: History, Sociology and Politics**. New York: Oxford University Press, 1990.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 20, n. 1. p. 199-218, jun. 2008.

CONSIDERATIONS ON THE THEORETICAL CONSTRUCTION RELATED TO INTERNAL MIGRATION

ABSTRACT

This article aims to analyze, through a literature review, the theoretical construction related to the theme of internal migration. The first studies with the purpose of structuring a general theory on migrations date back to the late 19th century and were based on the foundations of neoclassical economic theories. In contrast to these, during the second half of the 20th century, theories were formulated grounded in historical-structuralist thought, aiming to understand migration within the social structure in which it is embedded. The most recent theories encompass the role of migrants' social networks as an essential element in the formation of migratory flows towards a specific territory.

Keywords: Migration; Internal migration; Theory.

CONSIDERACIONES SOBRE LA CONSTRUCCIÓN TEÓRICA RELACIONADA A LA MIGRACIÓN INTERNA

RESÚMEN

Este artículo busca analizar, mediante una revisión bibliográfica, la construcción teórica relacionada con el tema de la migración interna. Los primeros estudios que buscaban estructurar una teoría general sobre las migraciones datan de finales del siglo XIX y se basaron en las teorías económicas neoclásicas. En contraste, durante la segunda mitad del siglo XX, se formularon teorías basadas en el pensamiento histórico-estructuralista, buscando comprender la migración dentro de la estructura social en la que se inserta. Las teorías más recientes abarcan el papel de las redes sociales de los migrantes como elemento esencial en la formación de los flujos migratorios hacia un territorio específico.

Palabras-clave: Migración; Migración interna; Teoría.

Recebido: novembro 2025

Aceite: novembro 2025